

O objetivo do governo paralelo

A divulgação do documento elaborado pelo Banco Central a pedido da Presidência da República, analisando as possíveis consequências da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa ou da decretação, por parte dos credores, de um *default* do Brasil, vem reforçar a impressão de que existem, no Executivo, setores interessados em criar condições para que a crise decorrente da moratória não siga o curso que o bom senso indicaria ser o mais favorável ao País. Não queremos referir-nos, é bom deixar as coisas claras desde o início, a pessoas que desejam o rompimento abrupto e dramático das negociações com os bancos credores. Essas pessoas existem, sem dúvida, mas em sua grande parte estão fora do Executivo e não têm sobre as decisões do presidente a influência dos membros da Coguia que já se transformou em governo paralelo. Referimo-nos de fato a esses conjurados, que têm a firme intenção de elevar a pressão nas negociações externas a fim de, por um lado, aumentar sua área de influência sobre o presidente da República; e, por outro, usando como pretexto a existência da crise, adotar medidas que submetam ainda mais a iniciativa privada aos desígnios do Executivo. Quando o sr. Mário Amato sai de audiência com o presidente da República e afirma estarmos vivendo em uma economia de guerra, talvez traduza uma realidade — com certeza, porém, ainda que de maneira inadvertida, antecipa aquilo que os membros do governo paralelo desejam que se difunda na sociedade. Afinal, numa *economia de guerra* é apenas natural que o Executivo reforce controles e aumente influências — além de certas pessoas demonstrarem ser insubstituíveis...

O documento do Banco Central mostrava riscos sérios para o Brasil. Para a segurança nacional. Apesar de a exposição da área financeira ser isenta de qualquer *periclis*, decidiu-se suspender o pagamento dos juros, na típica manobra de "pagar para ver". Seguramente, temia-se no Executivo qualquer ação da parte dos credores, especialmente no tocante à renovação das linhas de crédito de curto prazo. Quando ela se manifestou no sentido temido, isto é, quando se registrou o fato de alguns bancos se recusarem a renovar essas mesmas linhas, reclamando o pagamento do principal, o Banco Central engrossou o grupo dos cogulados e agravou a crise, mandando os bancos brasileiros recolher ao Banco Central aquilo que, contratualmente, deveria ser pago em praças estrangeiras. Nada mais natural que no Exterior se tomasse nota do agravio — e se aguardasse que os grandes credores balizassem as negociações, considerando que ainda têm tempo a seu dispor.

O que nos interessa assinalar na postu-

ra do Banco Central é que ela foge a qualquer padrão de normalidade, mesmo em negociações do tipo que o Brasil vai iniciar, impondo as regras que julga necessárias. Poder-se-ia até observar — usando o simile da guerra, presente na palavra "confronto" que o presidente disse querer evitar — que, ao suspender o pagamento dos juros, o Brasil exigiu a rendição incondicional dos credores à sua vontade; que ao determinar que o principal de créditos de curto prazo vencidos devesse ser recolhido ao Banco Central, em Brasília, as autoridades de Brasília estabeleceram que, além de incondicional, a rendição deve ser humilhante. Convenhamos, é ir um pouco longe demais, mesmo numa situação de guerra imaginada ganha.

Quando se olha para trás, ao longo desse ano em que a economia brasileira foi desorganizada por obra e graça do grupo mais coeso dos cogulados — o formado pelos "economistas" da Unicamp com aqueles que gravitam em seu redor, ou fazem deles seus satélites —, comprehende-se o motivo pelo qual as autoridades monetárias estão agindo com essa desenvoltura e tratando os credores estrangeiros como pobres diabos que nos devem satisfações. Pouco depois de baixar o Plano Cruzado com o famoso Decreto-Lei nº 2.283, o Executivo assistiu bestificado a fato insólito: boa parte das inteligências da Nação prostrou-se diante dele e deliciou-se com a coragem com que o presidente, aconselhado por seus assessores (muitos dos quais já pensavam em constituir o governo paralelo), havia subvertido todos os princípios do Direito pático. Ilustres juristas cantaram em prosa e verso o fato de o Decreto-Lei nº 2.283 ser o AI-5 da economia, e por isso mesmo, por ter sido baixado para o bem do povo, dever ser apoiado, malgrado sua flagrante constitucionalidade. Outros até parecem ter apreciado o fato de o Plano Cruzado haver prejudicado o ato jurídico perfeito, desconhecido a coisa julgada e violado o direito adquirido. Valia tudo. Depois, então, quando se tratou de perseguir empresários ao arrepião da Lei Maior, como foram poucas as reações e custa à Procuradoria-Geral da República despachar as representações encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal, reforçou-se no Executivo como um todo — tanto no governo legal, como no governo paralelo — a impressão, a partir daí transformada em certeza, de que era possível ignorar o dito latino *Pacta sunt servanda*. Se desrespeitar a Constituição dava prestígio, poder-se-ia, sem riscos maiores, desconsiderar a imposição moral de que os pactos devem ser respeitados. Nesse clima absolutamente de contos de fada — ou de absolutismo — foi simples decretar a suspensão do pagamento dos juros e, depois, mandar os bancos brasileiros não pagar os bancos estrangeiros.

A rigor, para eles, qual a diferença entre violar a Constituição do País e fazer que se desconheça a lei interna daqueles Estados com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas? É até mais fácil, bem pesadas as coisas: aqui ainda há o Supremo Tribunal Federal que um dia poderá dizer que se agiu contrariamente à Carta Magna; lá fora, existe a presunção — no duplo sentido de suposição e vaidade — de que sendo o Brasil grande demais, ninguém discutirá a validade da decisão do Banco Central.

Essa mentalidade de que tudo se pode fazer, bastando apenas querer, já é perigosa no campo das relações políticas internas; que se dirá então quando aplicada no campo das relações internacionais? Cabe ver, ademais, que o dito "quando nada se pode, tudo se pode; quando nada se tem, tudo se tem" serviu para levar os judeus assediados no *ghetto* de Varsóvia à revolta final contra as forças nazistas. Será que se pretende, partindo de princípio filosófico idêntico, levar o País ao confronto final com o sistema financeiro internacional — nutrindo a esperança de que se sairá vitorioso, apesar das quebras e desgraças que possam ocorrer na frente interna?

Enquanto o ministro Funaro conversa com autoridades dos países credores, ainda existe a possibilidade de o Brasil rever, se não a decisão de não pagar, ao menos a mentalidade que está inspirando atos como o telex do Banco Central da semana passada. A primeira atitude que se espera de quem inicia uma prova de força, afirmando não desejar o confronto, é que não provoque. Quando as provocações se sucedem à decisão de enfrentar os credores, é o caso de perguntar qual a real intenção do governo brasileiro: forçar o confronto para, em seguida, tentar medidas internas que fortifiquem o poder presidencial, ou simplesmente simular o confronto para reforçar o poder dos que integram o governo paralelo?

Nada indica que o presidente José Sarney deseja ver reforçados seus poderes — que almeje o mandato de seis anos é outra questão. Donde seguir-se que os gestos tendentes a levar os dirigentes dos bancos credores a perder a calma provêm do grupo que compõe a coguia do Ministério da Fazenda, o qual joga tudo para transformar o atual regime econômico e social em que ainda é possível respirar liberdade. Há meses que vimos dizendo que o risco para a democracia brasileira reside na ação do segundo escalão. Praticamente, hoje a coguia (quase toda ela integrada por elementos de pensamento esquerdistas) domina o segundo escalão dos principais ministérios, além de lançar seus pseudópodes para o Palácio do Planalto. Ela espera apenas a ocasião para consolidar posições, contando com a ação dos ritas na Constituinte.